

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: América Latina está deixando passar mais uma oportunidade histórica	2
Título: A Eletrobras e os custos de transação	4
Título: Petrobras vê choque de oferta positivo de gás em quatro anos.....	7
Título: ANP vai estudar oferta de áreas para estoques de gás natural no subsolo	9
Título: Alupar diz estar pronta para novos leilões de transmissão de energia	10
Título: Petrobras deve ter resultado mais modesto com recuo do petróleo	12
Título: Na Braskem, J&F e Unipar aceitam ser sócias da Petrobras.....	14
Título: Demanda chinesa fraca empurra preços do minério de ferro para mínima de cinco meses	16
Título: Com unidade goiana, Nardini quebra jejum de novas usinas no Centro-Sul	19
Título: FGTS investido em Eletrobras encolhe R\$ 1 bilhão	21
Título: Na energia de muitos mercados, consumidor é mercadoria.....	23
Título: A defesa do patrimônio da União na Eletrobras.....	25
VEÍCULO: Folha de São Paulo	26
Título: Esquerda estuda versão “light” de regra fiscal a fim de liberar gastos	26
VEÍCULO: O Globo	30
Título: Mineração Sustentável.....	30
VEÍCULO: Correio Braziliense	31
Título: Frente Parlamentar quer ampliar o uso do biodiesel no Brasil.....	31

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/05/2023****Seção: Mundo****Autor: Michael Scott****Título: América Latina está deixando passar mais uma oportunidade histórica**

América Latina está deixando passar mais uma oportunidade histórica

A América Latina é abençoada com fontes de energia renovável abundantes e baratas. É um dos maiores exportadores de alimentos do mundo. Está em paz, longe dos conflitos mundiais e seus países são, em sua maioria, democracias fortes. Está próxima dos EUA, numa localização ideal para lucrar com a saída da produção da China. Mas os presidentes da região parecem ter outras prioridades.

Em vez de buscar como o Brasil pode competir com a Índia na montagem de iPhones ou atrair investimentos em microchips, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer construir refinarias de petróleo, reanimar a construção naval e buscar uma união monetária com a quase falida Argentina.

“O Brasil tem todo o potencial para pensar em hidrogênio verde”, diz Monica de Bolle, do Peterson Institute for International Economics, em Washington. “E, ainda assim, o governo simplesmente não está nisso de forma alguma”.

“Há uma espécie de visão de velha guarda sobre o mundo que está atrapalhando o caminho”, acrescentou ela, chamando isso de um tipo de “nostalgia industrial”. “É a típica história do Brasil perdendo oportunidades.”

Os aparentes passos em falso de Lula ocorrem enquanto a América Latina, surpreendentemente, tem dificuldades para administrar um bom crescimento econômico. Não deveria ser tão difícil. As tendências geopolíticas recentes trouxeram para a região algumas vantagens extraordinárias.

O presidente de esquerda do Chile, Gabriel Boric, delineou em abril uma estratégia para explorar as vastas reservas de lítio do país. Atende vários requisitos: maior preocupação com o ambiente, consultas às comunidades locais, o desejo de aproveitar uma rara oportunidade para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Só faltou um: incentivos para as mineradoras escolherem o Chile em vez de outros concorrentes pelos investimentos em lítio. A decisão de Boric de colocar os futuros projetos de lítio sob controle do Estado fez as duas mineradoras que

atualmente exploram o “ouro branco” no Chile perderem US\$ 5,7 bilhões de seu valor.

“Isso foi mal elaborado e mal divulgado”, disse Joe Lowry, especialista em lítio que trabalha nos EUA, sobre o anúncio de Boric. “Criou uma imensa incerteza.”

O México, graças à proximidade com os EUA e seu acordo de livre comércio, deveria ser o país latino-americano mais bem posicionado para conquistar as chamadas operações de “nearshoring”.

Mas o presidente Andrés Manuel López Obrador extinguiu a agência de promoção de investimentos, atacou empresas de energia renovável, suspendeu um grande projeto de uma cervejaria americana cuja maior parte já estava concluída e cancelou um aeroporto internacional parcialmente construído na Cidade do México. Entre seus planos: um trem turístico ao redor da península de Yucatán e uma nova refinaria de petróleo de US\$ 14 bilhões.

O resultado da abordagem de López Obrador é “uma marolinha de [...] nearshoring, não um tsunami”, diz Shannon O'Neill, especialista em México no Council on Foreign Relations, em Nova York.

“A política e as medidas econômicas estão impedindo isso”, conclui ela. “Mesmo que a China tenha perdido participação de mercado [nos EUA] [...] isso está indo principalmente para o Sudeste Asiático.”

A Argentina, terceira maior economia regional, está quase falida. Seu governo impôs controles de preços e de câmbio que não detiveram a inflação de mais de 100% ao ano, mas mataram a maior parte do investimento estrangeiro.

Buenos Aires também criou incertezas sobre a tributação e o câmbio para as exportações agrícolas e impôs limites às vendas de grãos ao exterior, reprimindo o grande potencial do setor agrícola. (Mas o setor de lítio, regulamentado pelos governos provinciais, continua sendo um raio de luz.)

Na Colômbia, o presidente Gustavo Petro é contrário a novos projetos de petróleo e mineração, base da economia do país. O ex-guerrilheiro também forçou recentemente a renúncia de todo o seu Gabinete, incluindo o respeitado ministro das Finanças, como parte de uma transição para um governo de “emergência”.

“Muitos países da região vêm passando por uma fase em que só olham para dentro e correm o risco de perder as oportunidades que surgiram no contexto global em transformação”, diz Carlos Felipe Jaramillo, vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe.

“Não podemos desperdiçar esta oportunidade”, disse Boric ao anunciar seu plano de lítio. É exatamente o que ele pode ter feito.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: A Eletrobras e os custos de transação

A Eletrobras e os custos de transação

Até bem pouco tempo, quando ia ao Rio de Janeiro e a São Paulo, alocava mais dinheiro que o necessário para o táxi. Para uma corrida estimada em R\$ 50, eu, mentalmente, reservava R\$ 70. Se o valor efetivo fosse R\$ 60, sendo ou não enganado pelo condutor, me considerava vencedor. Esse valor adicional, no exemplo, R\$ 20, é o custo implícito do oportunismo, ou o que se paga, mentalmente ou não, para não se sentir enganado.

Tenho uma confissão e uma afirmação. A confissão é que, passado tanto tempo, ainda somos ignorantes para entender as condições políticas que determinam os rumos do setor elétrico brasileiro (SEB). E afirmo que ainda levaremos anos para entendê-las. Mas, enquanto isso, elevaremos absurdamente os custos de transação, isto é, o custo de proteção contra o oportunismo de terceiros. E isso eleva a tarifa.

O ano de 2023 seria de calma no SEB. A oferta de energia cresce a taxas três vezes maiores que a da demanda. A matriz elétrica fica cada vez mais renovável, numa ótima contribuição para a reduzir os efeitos das mudanças climáticas. Os reservatórios estão cheios como nunca, o que assegura o suprimento por um longo período. E não falta dinheiro privado para novos investimentos. 90% da expansão da capacidade instalada, de geração, transmissão e distribuição já decorrem de capitais privados.

É, assim, um cenário muito promissor, apesar d’alguma insegurança regulatória e de uma estrutura de rateio de custos e subsídios que eleva muito a tarifa.

Mas uma série de intervenções e decisões nos últimos 30 dias indica um vento de través, ou seja, na direção lateral, que tende a alterar o curso do SEB. A inédita disputa na Light, distribuidora do Rio de Janeiro, pode ter consequências até então não previstas pelo regulador. Tal empresa, proibida de pedir recuperação judicial, requereu uma heterodoxa “mediação judicial”, que tem o condão de elevar o risco da concessão, dada a potencial restrição de capitais de dívida. Ficarão mais escassos os recursos de terceiros.

É um caso típico em que a regulação de um setor específico é afetada por relações no mercado de capitais. E, a depender da solução do impasse, a performance dessa e de outras empresas pode ser influenciada. A redução do fluxo de recursos de terceiros contaminará demais concessionárias em situação semelhante. Mas ainda há tempo hábil para soluções eficazes.

O caso mais recente, de 5 de maio, consiste na decisão do governo de contestar no Supremo Tribunal Federal (STF), via Ação de Direta de Inconstitucionalidade (ADI), parte relevante do processo de capitalização da Eletrobras.

Pela Lei 14.182, de 2021, nenhum acionista ou grupo de acionistas pode exercer um valor superior a 10% de controle da empresa ou do seu capital votante. É uma medida saudável, sobretudo em um segmento vulnerável à prática de poder de mercado e onde há restrição de participação para novos entrantes. E isso é praticado em outras empresas, como a Embraer, em que o limite é ainda inferior (5%), e a B3 (7%). São restrições mais do que razoáveis, e benéficas para a sociedade.

Mas não deve ser menosprezada a muito bem concatenada peça do governo encaminhada ao STF. São fortes seus argumentos, até convincentes, só que defasados ou caducos. Um deles é a preservação do capital público da União, como se isso decorresse de um percentual de voto. O que maximiza o capital, público ou privado, é a gestão eficiente da empresa, que agrega valor aos recursos aplicados pelos acionistas.

Outro bom argumento é o da relevância da participação efetiva da União, dado que a “prestação de serviços públicos se caracteriza como ‘dever-poder’ do Estado (...)”. Mas é outra ilusão, que pode ser demonstrada com números deste ano. Mais de 90% da expansão da capacidade instalada, como visto acima, já vem

de capitais privados, daqui e de fora, que abriram mão da participação estatal, exceto na coordenação do planejamento - que, para a geração, é indicativo.

O governo, logo nas preliminares da ADI, sustenta que não pretende desfazer a desestatização, embora a questione profundamente. Mas tudo não passa de um sofisma. O eventual sucesso do governo em sua ação desmotivará a participação do dinheiro privado, que teme a diminuição do valor em virtude das ineficientes intervenções estatais. Exemplo: com a Medida Provisória 579, que determinou a redução da tarifa em mais de 20%, a Assembleia Geral da Eletrobras aprovou sua adesão a um “plano” que, notoriamente, a levaria a um desastre financeiro sem precedentes.

São pequenas as chances de sucesso da empreitada, mas a iniciativa do governo, por meio da ADI, provoca estragos imediatos. Aumentarão os riscos regulatórios associados à intervenção em negócios já realizados, o que fará crescer os custos de recursos privados em investimentos de infraestrutura. Além disso, novos processos de capitalização, como o da Copel, no Paraná, podem sofrer retrocesso ou desaceleração de ritmo.

O exemplo do táxi, que mencionei na introdução deste artigo, já não existe. Com chegada dos aplicativos de carona, que têm como premissas básicas a objetividade e a transparência de percurso, o custo implícito do oportunismo e o custo de transação passaram a ser quase nulos. A transparência e, de maneira especial, a objetividade, determinaram esse tremendo benefício para a sociedade.

É o que ainda falta para a compreensão do que chamei, também lá no início, de condições políticas que determinam os rumos do setor elétrico.

O governo, ao intervir no processo de capitalização da Eletrobras, aposta na subjetividade das decisões de tribunais, mesmo do Supremo Tribunal Federal, que (também) dependem da direção dos ventos políticos. Em outras palavras, o governo, com sua ADI, joga com a subjetividade do “check and balances”, princípio que, por aqui, nem sempre é um elemento de redução dos custos de transação.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/05/2023****Seção: Empresas****Autor: Fábio Couto e Kariny Leal****Título: Petrobras vê choque de oferta positivo de gás em quatro anos**

Petrobras vê choque de oferta positivo de gás em quatro anos

O diretor de transição energética e energias renováveis da Petrobras, Mauricio Tolmasquim, prevê nos próximos quatro anos a ocorrência de um “choque de oferta positivo” de gás natural no país. Segundo ele, o Brasil deve contar com aumento de oferta, pela Petrobras, de 50 milhões de metros cúbicos por dia (m³/dia), volume que corresponde à metade da demanda termelétrica quando todas as usinas estão acionadas a pleno - o que acontece em situações de escassez de chuvas.

Ele afirmou que a empresa deve investir US\$ 11 bilhões entre 2023 e 2027 para assegurar a exploração e produção de gás e complementar a infraestrutura para escoamento do produto. Outros US\$ 6 bilhões serão aplicados na exploração de novas fronteiras de gás natural. Além disso, a empresa está executando projetos de gás que totalizam investimentos de US\$ 5 bilhões.

“Quando a demanda [termelétrica] é normal, sem todas as usinas estarem acionadas, esse número [de 50 milhões de m³/dia] corresponde a uma fatia muito maior da atual demanda de gás”, explicou Tolmasquim no Seminário de Gás Natural, realizado pelo Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP), na quarta-feira (10).

Um dos exemplos de aumento na produção está no recém-anunciado desenvolvimento do campo BM-C-33, no pré-sal da Bacia de Campos, operado pela Equinor, com a companhia e a Repsol Sinopec como parceiras. “Estamos falando em 14 milhões de m³/dia de gás natural processado, 15% do atual mercado”, disse.

Ainda de acordo com ele, a Petrobras está analisando o destino da participação da empresa na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), responsável pelo escoamento do gás da Bolívia para o Brasil. Disse ainda que a estatal trabalha no plano estratégico 2024-2028, com lançamento previsto para novembro, descartando alterações no atual plano (2023-2027).

A maior abertura do mercado de gás, com entrada de novos agentes em toda a cadeia, foi tema central no seminário. O diretor de infraestrutura do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Alexandre Messa, disse que, apesar dos avanços já obtidos após a Lei do Gás em 2021, ainda há trabalhos a serem feitos para ampliar a abertura do setor.

Segundo ele, existem quatro medidas previstas na nova legislação que o ministério tem trabalhado para viabilizar: instalação de novos gasodutos em larga escala, criação de um mercado secundário de gás para gerar liquidez, acesso não discriminatório às atuais redes de dutos e novos programas de leilão de capacidade para a geração termelétrica. Esses leilões negociam a potência disponível das usinas no sistema elétrico, em vez de contratos de energia.

“Não podemos minimizar os avanços da Lei do Gás, mas ainda temos um mercado concentrado”, afirmou Messa. Seguindo a mesma linha, o presidente da Shell Energy no Brasil, Christian Iturri, disse que o mercado de gás no país ainda não está completamente aberto, e que existe muito trabalho a ser feito para que o setor alcance o dinamismo necessário que seja positivo para todos os agentes. “Não temos um mercado aberto no Brasil. É como se fosse um quarto escuro. Abrimos um pouco a porta para ver se entra um pouco de luz. Ainda não é nada comparado a um ambiente com a porta completamente aberta. Mas estamos crescendo nessa pequena abertura de porta”, disse Iturri.

O presidente da TAG, Gustavo Labanca, disse que a Petrobras vem diminuindo fatia na comercialização de gás e a tendência é que caia mais. Sobre a possível desistência da Petrobras na venda da fatia na TBG, Labanca disse que, se isso se confirmar, seria negativo para a abertura do mercado: “Cerca de 70% da produção de gás é da Petrobras. Ela tinha 100% da comercialização e o percentual vem caindo. A questão da TBG é fundamental, é um desinvestimento necessário. Acho ruim [a manutenção da participação] como sinalização para o mercado.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/05/2023****Seção: Empresas****Autor: Fábio Couto e Kariny Leal****Título: ANP vai estudar oferta de áreas para estoques de gás natural no subsolo**

ANP vai estudar oferta de áreas para estoques de gás natural no subsolo

Agência vislumbra que no futuro áreas identificadas possam colocadas em leilões

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) vai realizar a partir de julho estudos geológicos para identificar no país áreas ideais para atividades de estocagem de gás natural e captura de carbono, dois segmentos considerados promissores na indústria de óleo e gás, disse na quarta-feira (10) Claudio Jorge de Souza, diretor da autarquia. Entre os estudos e a concessão das áreas consideradas promissoras, segundo Souza, espera-se um intervalo de um ano. A ANP vislumbra que no futuro as áreas identificadas possam ser leiloadas.

Entre as áreas passíveis de serem utilizadas como estoques de gás, estão campos devolvidos por petroleiras à ANP ou novas bacias, desconhecidas, que estão no estoque da agência. “Pode-se trabalhar com as duas áreas: com a estocagem do gás e com a descarbonização”, disse Souza, após participar do primeiro dia do Seminário de Gás Natural, promovido pelo Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP). A estocagem é importante, explicou, porque pode se armazenar o gás natural produzido e que não tenha sido utilizado, como acontece neste ano.

Com reservatórios cheios, a necessidade de acionamento das termelétricas é reduzida, o que deixa os produtores sem destino para o gás. “O estoque é uma segurança, para ter oferta quando for preciso, e fazer a regulação de preço.”

A estocagem subterrânea está prevista na Lei do Gás. O governo pode liberar autorizações para estocagem de gás em campos esgotados, terrestres ou marítimos, ou em cavidades de sal. É diferente da reinjeção, prática em que as petroleiras devolvem para as jazidas o gás natural extraído junto com o petróleo, o que aumenta a extração de óleo, mais rentável.

Esse e outros temas regulatórios do mercado de gás dependem de estrutura administrativa que a ANP hoje não tem. Souza afirmou que a entidade vem conversando com o governo a fim de tratar de abertura de concurso para novos quadros, que foram perdidos nos últimos anos. Segundo ele, há “dezenas” de processos e regulações à espera de decisão da ANP.

Aposentadorias e saídas de profissionais para outros órgãos reduziram o quadro da agência, que hoje tem necessidade de reposição da ordem de 500 vagas, aproximadamente, segundo Souza. Ele espera poder realizar concursos públicos no ano que vem. “A ANP precisa aumentar seus quadros. Já fizemos pedidos e depende de previsão orçamentária. Talvez o arcabouço fiscal melhore [o cenário], o governo consiga arrecadar melhor. É muito importante”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Robson Rodrigues

Título: Alupar diz estar pronta para novos leilões de transmissão de energia

Alupar diz estar pronta para novos leilões de transmissão de energia

Companhia alerta para cenário macroeconômico complicado, juros altos, inflação e deterioração do crédito; lucro líquido do trimestre teve queda de 13,6% em base anual

Após cinco anos sem arrematar nenhum lote em leilões de linhas transmissão de energia, a Alupar encerra um ciclo de investimentos em lotes de certames arrematados entre 2016 e 2017 e acredita que está pronta para ganhar novos ativos. No horizonte, os planejadores do setor elétrico preveem investimentos de R\$ 50 bilhões para escoar a geração de energias renováveis no Nordeste para os mercados consumidores do Sul e Sudeste.

O superintendente de Relações com Investidores, Luiz Coimbra, diz estar confiante de que agora novos projetos entrarão no portfólio, mas alerta que o momento é outro e impõe desafios às empresas. Ele lembra que em um contexto de poucas empresas no mercado especializadas em implantação de linhas de transmissão (epecistas), a Alupar considera que tem uma vantagem competitiva, já que é verticalizada e tem um time próprio de implantação.

Operacionalmente a empresa cresceu, mas está alavancada, que pelo critério dívida líquida sobre Ebitda está em 3,3 vezes. O executivo não vê como um problema, já que a empresa tem participação em projetos de 30 sistemas de transmissão de energia, totalizando 8.129 km de linhas de transmissão, e as

concessões começam a vencer entre 2030 até 2045. Ou seja, não há um cenário de redução do faturamento no curto prazo.

“Não é uma alavancagem tão alta porque o setor é resiliente e temos uma previsibilidade de receita por 30 anos. Atuamos em geração e transmissão, sendo 80% da geração de caixa é no segmento de transmissão, não temos risco de demanda. Além disso, minhas concessões são longas e começam a vencer só em 2030”, afirma.

A empresa não abre o valor da Receita Anual Permitida (RAP) total prevista para o ano, mas diz estar confortável para potenciais novos investimentos. Importante lembrar que a empresa chegou a ganhar um leilão em dezembro de 2022 em um consórcio formado com a Perfin para operar uma subestação, mas o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu não homologar o resultado do certame deste lote a pedido da Isa Cteep.

“Temos fôlego para participar dos próximos leilões de transmissão. Somos a única empresa do setor a participar de todos os leilões, mas vai depender da concorrência. Temos ainda um cenário macroeconômico complicado, juros altos e inflação cedendo só agora. Há ainda alguns desafios, como saber qual será a estruturação de dívidas, principalmente depois de alguns eventos que deterioraram o crédito, como o evento de Americanas ”.

No primeiro trimestre de 2023, a empresa reportou um lucro líquido de R\$ 144,1 milhões, valor que representa uma queda de 13,6% ante o mesmo período do ano passado. Ele explica que a variação no lucro se deu por despesas financeiras das subsidiárias no exterior. Além disso, como parte da dívida está atrelada ao CDI, parte do aumento das despesas financeiras decorre também do patamar atual de juros elevados.

“O lucro ficou um pouco menor por efeito de variação cambial (...) por conta de projetos na Colômbia e Peru e estes projetos a gente fecha o balanço em dólar e converte para a moeda local”, diz.

Para o futuro, há ainda alguns projetos de geração de energia em implantação. São duas plantas eólicas no Rio Grande do Norte que totalizam 62 MW de capacidade e devem entrar em operação no segundo trimestre. Todavia, por conta do cenário de preços de energia no curto prazo bastante pressionados, a via de expansão e novas decisões de investimentos vão focar no segmento de transmissão.

Outro ponto foi a aprovação da política de dividendos que prevê o pagamento de 50% do lucro líquido regulatório, além da decisão de pagar trimestralmente.

“O Conselho de Administração aprovou os dividendos intercalares no montante de R\$ 36,6 milhões, equivalente a R\$ 0,12 por Unit, com pagamento aos acionistas em até 60 dias da data de aprovação.”

Acesse tudo o que precisa saber sobre empresas da B3 em um único lugar! Dados financeiros, indicadores, notícias exclusivas e gráficos precisos - tudo para ajudar você a tomar as melhores decisões de investimento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Kariny Leal e Francisco Góes

Título: Petrobras deve ter resultado mais modesto com recuo do petróleo

Petrobras deve ter resultado mais modesto com recuo do petróleo

A queda das cotações do petróleo nos três primeiros meses do ano deve levar a Petrobras a apresentar resultados mais modestos no período, quando comparados com os obtidos entre janeiro e março do ano passado. A média das projeções de seis bancos e casas de análise compiladas pelo Valor apontam para lucro líquido de R\$ 32,6 bilhões no primeiro trimestre o que, caso confirmado, significará queda de 26,7% frente aos R\$ 44,5 bilhões de igual período de 2022.

Além do recuo do petróleo - o barril do tipo Brent começou o ano na casa dos US\$ 84 e fechou março perto dos US\$ 79 -, os analistas citam também a redução das vendas de derivados da estatal no começo de 2023, parcialmente compensada pela valorização do real.

O Valor utilizou, para calcular as médias, as projeções de BTG Pactual, Safra, Bradesco BBI, UBS BB, Goldman Sachs e Ativa. A Petrobras divulga o resultado do primeiro trimestre nesta quinta-feira (11) depois do fechamento dos mercados. As estimativas de lucro líquido variam entre R\$ 25,47 bilhões, do Goldman Sachs, e R\$ 39 bilhões, do Bradesco BBI.

Safra e Bradesco estimam que dividendos do 1º tri poderiam chegar a US\$ 4 bilhões.

Para a receita líquida, a expectativa média dos bancos consultados é de R\$ 136 bilhões, recuo de 3,95% frente aos R\$ 141,6 bilhões registrados no primeiro trimestre de 2022. Entre os valores considerados estão o mais baixo, de R\$ 124,4 bilhões, do UBS BB, e o mais alto, de R\$ 147,67 bilhões, do Bradesco BBI. A estimativa média para o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) é de R\$ 69,3 bilhões, com variação entre R\$ 65,4 bilhões, do Bradesco BBI, e R\$ 79,65 bilhões, do BTG Pactual.

Apesar da queda prevista para o lucro, no geral as expectativas dos analistas é de “bons resultados”. Para eles, a principal dúvida envolvendo a empresa não está no desempenho operacional ou financeiro, mas na decisão sobre a política de pagamento de dividendos.

Hoje o novo conselho de administração da Petrobras se reúne pela primeira vez, desde que foi eleito no dia 27 de abril, para avaliar as demonstrações financeiras da companhia relativas ao primeiro trimestre de 2023. O colegiado deverá discutir o tamanho da remuneração aos acionistas da companhia relativa ao período janeiro-março deste ano. A questão, para os analistas, é saber se a nova gestão vai optar pela manutenção da política de remuneração aos acionistas ou se vai estabelecer um novo cálculo, uma vez que o governo e o presidente da petroleira, Jean Paul Prates, têm criticado os altos valores dos dividendos da estatal, apesar de a União ser uma das maiores beneficiárias dos recursos pagos.

Existe a possibilidade de que a Petrobras não mexa ainda na distribuição de dividendos relativa ao 1º trimestre e distribua um valor relevante. Em março, Prates defendeu que a política de distribuição aos acionistas deveria ter regras mais flexíveis. A fala do executivo veio um dia após a companhia aprovar a distribuição dos valores referentes a 2022. À época, Prates votou a favor do pagamento e justificou a decisão dizendo precisava cumprir a regra atual.

Caso a estatal mantenha a política de dividendos, Safra e Bradesco BBI estimam que o pagamento referente ao primeiro trimestre seja de cerca de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões, algo como R\$ 20 bilhões pela cotação atual. Ainda assim, os relatórios consideram também a possibilidade de a companhia optar por não distribuir remuneração aos acionistas além do mínimo obrigatório. Se o pagamento do dividendo for na faixa do que projetam os bancos, a Petrobras estará contribuindo, mais uma vez, para o ajuste fiscal do ministro Fernando Haddad. Mas o interesse da Fazenda, neste caso, não é exatamente o mesmo da ala política do governo.

O colegiado da Petrobras tem três representantes do Ministério de Minas e Energia, do ministro Alexandre Silveira (PSD). São eles: Pietro Mendes, presidente do conselho; Efrain Cruz, secretário-executivo do MME; e Vitor Sabak, secretário de geologia e mineração do MME. A União tem ainda no colegiado Bruno Moretti, que ocupa secretaria na Presidência da República, além do ex-ministro Sérgio Rezende e de Jean Paul Prates, ambos indicados por Lula.

São seis nomes que devem votar em bloco no conselho, que tem onze integrantes. Mas isso não quer dizer que Prates tenha, necessariamente, a mesma visão dos representantes do MME no colegiado. O que existe é um alinhamento de Prates com Lula, mas não automático com Silveira, que é de outro partido da base do governo, o PSD. A visão do conselho pode também não coincidir com os planos da nova diretoria, nomeada por Prates.

Também resta saber como votarão os minoritários no conselho. São quatro membros: Marcelo Mesquita, Francisco Petros, Marcelo Gasparino e Juca Abdalla. Há ainda a representante dos empregados, Rosângela Torres. Outro tema caro a Lula e Prates, a mudança na política de preços dos combustíveis, não deve ser discutida nesta primeira reunião do conselho de administração.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Mônica Scaramuzzo e Stella Fontes

Título: Na Braskem, J&F e Unipar aceitam ser sócias da Petrobras

Na Braskem, J&F e Unipar aceitam ser sócias da Petrobras

O grupo Unipar e a holding J&F, dos irmãos Batista, donos da JBS, seguem interessadas na compra da Braskem. Ao contrário da proposta feita pela gestora americana Apollo e a Empresa Nacional de Petróleo de Abu Dhabi (Adnoc), que querem 100% da petroquímica, as duas companhias têm disposição de ficar com a Braskem, comprando a participação da Novonor (ex-Odebrecht) e mantendo a sociedade com a Petrobras.

A J&F trabalha com diferentes cenários e adotou postura “agnóstica” no sentido de que poderia compor com os demais interessados na Braskem, segundo duas fontes. Um dos modelos apresentados à Novonor em 2022 e que foi descartado

pelos bancos credores foi a aquisição das dívidas nas mãos das instituições financeiras que têm ações da petroquímica como garantia. A operação não foi adiante porque a holding pediu pesados descontos aos bancos.

As negociações estão sendo conduzidas por uma equipe da J&F, coordenada pelo empresário Joesley Batista. Em um outro modelo apresentado, a antiga Odebrecht poderia ficar com pequena participação e se manter como operadora do negócio.

A Unipar também tem ao menos dois modelos para potencial operação: compra fatiada da petroquímica, que não agrada aos bancos credores, ou aquisição da totalidade dos ativos, com previsão de “remédio” para garantir o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No caso da compra fatiada, o principal interesse recai sobre o Polo Petroquímico do ABC. Já instalada no polo, a Unipar poderia verticalizar as operações com a aquisição da central operada pela Braskem, que fornece matéria-prima para a empresa. Outros potenciais compradores poderiam participar da oferta, assumindo os demais ativos: a fábrica de polipropileno (PP) em Paulínia, as operações nos polos de Triunfo (RS), Duque de Caxias (RJ) e Camaçari (BA), Braskem Idesa no México e unidades de PP nos EUA e na Alemanha.

Já uma oferta por 100% da Braskem necessariamente teria de prever o desinvestimento do negócio de PVC. A Unipar se tornou a segunda maior produtora da resina no país, atrás da Braskem, com a compra da Solvay Indupa em 2016. Antes, a Braskem tentou comprar a Indupa, mas o Cade vetou o negócio. Segundo fonte próxima às tratativas, apesar dos problemas em Alagoas, que concentra a produção de PVC da Braskem, não seria muito difícil encontrar outros interessados nesse ativo.

Tanto Unipar quanto J&F não teriam restrições em ter a Petrobras como sócia no negócio. Segundo fontes a par do assunto, a estatal já teria indicado que não pretende mais se desfazer de sua participação. Dona de 47% das ações ON da Braskem, a petroleira tem preferência sobre as ações da Novonor.

A Braskem informou ontem que recebeu informações adicionais da Novonor acerca da proposta conjunta feita por Apollo e Adnoc, confirmando o preço de R\$ 47 por ação. Deste valor, R\$ 20 seriam pagos à vista em dinheiro, R\$ 20 a partir da emissão, pelas compradoras, de um bônus perpétuo com taxa de 4% e cerca de R\$ 7 em “warrants”. Pelos cálculos de fontes do mercado financeiro, considerando-se essa estrutura de pagamentos, o preço oferecido, a valor

presente, corresponderia a algo entre R\$ 24 e R\$ 34, considerando-se a taxa de desconto aplicada.

Os bancos credores, que têm cerca de R\$ 15 bilhões em ações em garantia, vão avaliar a proposta recebida por Apollo e Adnoc. Bradesco e Itaú, com maior exposição à dívida, estavam desalinhados no ano passado, quando somente a Apollo tinha proposta na mesa, segundo três fontes. A atenção volta-se também para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), alinhado ao governo.

Publicamente, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, já sinalizou que o plano de desinvestimento pode ser revisto. Em posicionamento do início da semana à imprensa, a estatal informou que “todas as ações relacionadas à sua participação na Braskem exigem análise cuidadosa sob a perspectiva de gestão de portfólio e devem ser conduzidas com observância das práticas de governança e os procedimentos internos aplicáveis”.

Procuradas, Novonor, Unipar, J&F, Apollo e Adnoc não comentaram. Bradesco e Itaú não comentam o assunto. Em nota, o BNDES informou que também não comenta. O banco informa que a proposta de compra do ativo noticiada, bem como qualquer outra oferta, será analisada com os demais credores, além da Novonor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Empresas

Autor: Leslie Hook, Hudson Lockett e Cheng Leng

Título: Demanda chinesa fraca empurra preços do minério de ferro para mínima de cinco meses

Demanda chinesa fraca empurra preços do minério de ferro para mínima de cinco meses

Os preços do minério de ferro na China caíram aos níveis mais baixos em cinco meses, com a demanda fraca contribuindo para as evidências de que a recuperação econômica do país depois dos “lockdowns” da covid-19 pode estar titubeando.

Após a forte produção de aço no primeiro trimestre, o otimismo e a atividade que se seguiram ao fim dos lockdowns diminuíram, levando a um “colapso” do mercado de aço e gerando dúvidas quanto à durabilidade da recuperação econômica chinesa.

O preço do minério de ferro entregue no porto de Qingdao, no norte da China, caiu para US\$ 102,7 na semana passada, redução de 23% em relação à alta recente de março, recuperando-se ligeiramente para US\$ 107,9 no fechamento dos negócios na segunda-feira (8).

A referência é considerada um fator importante na formação dos preços para o mercado mundial porque a China é a maior consumidora de minério de ferro, o ingrediente crucial na produção do aço. O minério de ferro é também um importante gerador de lucros para companhias mineradoras ocidentais como BHP, Rio Tinto e Vale.

Normalmente, março e abril são os meses de pico de produção para o mercado siderúrgico chinês, mas este ano as usinas do país cortaram a produção em abril, depois que a redução da demanda por aço tornou mais difícil para elas obter lucros.

No primeiro trimestre, a produção de aço das usinas chinesas foi 6,1% maior do que no mesmo período do ano passado, alcançando 262 milhões de toneladas, mas os pedidos dos clientes não acompanharam esse ritmo, segundo a Associação do Ferro e do Aço da China.

“A demanda por aço despencou desde o começo de abril”, disse um trader de Hong Kong. “O mercado esperava um aumento de 10% na demanda por aço para infraestrutura [este ano], mas nossa estimativa mais otimista é de 2%.”

A atividade manufatureira da China perdeu força em abril, com o índice dos gerentes de compras que mede a atividade industrial caindo de 51,0 pontos em março para 49,2 em abril. Uma leitura abaixo de 50 pontos indica contração.

No setor da construção, que responde por cerca de metade da demanda chinesa por aço, o crescimento tem sido mais lento que o esperado. Os inícios de novas construções em março foram 29,1% menores do que mesmo período do ano passado.

A demanda por aço do setor automobilístico, que responde por 10% a 15% do consumo de aço chinês, também está fraca.

A desaceleração nos setores industrial e da construção acontece apesar de a China ter anunciado no mês passado um crescimento trimestral anualizado do PIB de 4,5%, bem acima das expectativas dos analistas, que previam crescimento de 4%. No entanto, muitos investidores estão preocupados com a capacidade de sustentação desse ritmo de crescimento.

Mudanças estruturais na economia chinesa à medida que ela desenvolve seu setor de serviços também reduzirão a demanda por aço com o tempo, segundo Tom Price, analista da Liberum. “A maioria dos setores que usam o aço – construção e infraestrutura – já estão erguidos”, disse ele.

A produção de aço da China no ano passado caiu 2% para 1,01 bilhão de toneladas, segundo a Associação Mundial do Aço, em parte devido aos cortes de produção ordenados pelo governo.

Erik Hedborg, um analista de minério de ferro da consultoria Cru, disse que a demanda fraca na Coreia do Sul e no Japão – onde a escassez de semicondutores desacelerou a produção automobilística – também contribuiu para a queda dos preços do minério de ferro em toda a Ásia.

“Estamos em um período de normalização” depois de vários anos de preços relativamente altos, disse Hedborg. “Acreditamos que os preços do minério de ferro ficarão abaixo de US\$ 100 neste ano, mas há também um limite para essa queda.”

Dentro da China, uma campanha da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma para derrubar os preços do minério de ferro também teve um impacto, embora não seja a principal razão da queda, segundo participantes do mercado.

Uma fonte próxima da Comissão disse estar pessimista com as perspectivas para o minério de ferro e acredita que a demanda da China por aço atingirá o pico em breve. “A demanda enfrenta um colapso”, disse a fonte.

No começo de março, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma publicou declarações de advertência culpando a “especulação de mercado” pela alta dos preços, e em abril ela alertou os operadores no mercado futuro para “exageros” nos preços do minério de ferro, afirmando que iria intensificar sua supervisão do mercado.

“O maior escrutínio da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma sobre os preços do minério de ferro também impactou o mercado”, disse Siew Hua

Seah, diretor da Argus Ferrous Markets, observando que as “tradings” foram alertadas pela Comissão para não “acumular” commodities e aumentar os preços.

Para companhias mineradoras como Rio Tinto, BHP e Vale, que vendem minério de ferro para a China, a produção continua sendo bastante lucrativa aos atuais preços. O presidente-executivo da Rio Tinto, Jakob Stausholm, disse não estar “muito preocupado” com a queda nos preços.

“O que vocês viram nas últimas semanas foi que várias siderúrgicas aproveitaram a oportunidade para fazer uma pequena paralisação”, disse ele em resposta a perguntas na assembleia anual de acionistas da Rio Tinto em 4 de maio. “Poderá haver um uso um pouco menor de minério de ferro por ora, mas isso pode voltar em um mês ou dois.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos

Título: Com unidade goiana, Nardini quebra jejum de novas usinas no Centro-Sul

Com unidade goiana, Nardini quebra jejum de novas usinas no Centro-Sul

Era 2007, e a promessa do governo Lula 2 de tornar o Brasil a Arábia Saudita do etanol turbinava uma avalanche de investimentos em novas usinas. Como muitas outras, a companhia paulista Nardini projetou a construção de uma unidade de etanol em Goiás, naquela época uma nova fronteira para o setor. Até que veio a crise de 2008, seguida alguns anos depois de crises setoriais que fecharam muitas usinas e esfriaram os planos da companhia.

Agora, após três anos de melhora nos preços do setor e um cenário mais amigável, a Nardini, que faturou R\$ 1,1 bilhão na safra 2021/22, concluiu a construção de sua segunda usina em Aporé (GO), que começa a operar nesta safra.

Fruto de um aporte de R\$ 800 milhões, é o primeiro ‘greenfield’ de uma usina de etanol de cana dos últimos dez anos em Goiás, Estado que hoje tem 38 usinas em operação. Nos últimos anos, os investimentos recentes em biocombustível no

Estado foram em etanol de milho - este sim um segmento em expansão, dada a oferta do grão no Centro-Oeste. A escolha de Goiás foi guiada pela presença anterior dos Nardini no Estado, onde já praticam a pecuária, e pelo benefício fiscal de ICMS do programa estadual Produzir.

A nova usina também é um caso fora da curva no Centro-Sul, onde os poucos investimentos industriais da última década foram para reativar usinas paradas, aumentar capacidades e diversificação - seja para fabricação de açúcar, cogeração de energia, e mais recentemente em biogás.

O último 'greenfield' do Centro-Sul foi erguido no ano passado no Vale do São Francisco pelo Grupo Paranhos, mas ainda não entrou em operação. Com exceção desse caso, não houve mais novas unidades construídas do zero nos últimos cinco anos, pelo menos. Algumas usinas fechadas por causa de falências também foram reativadas recentemente, como a de Canápolis que a CMAA arrematou em leilão do grupo João Lyra.

A construção da usina da Nardini em Goiás foi acelerada em 2021. Embora na época o mercado de etanol ainda estivesse baqueado pela pandemia, o de açúcar entrava em déficit de oferta, dando sustentação aos preços da commodity. Além disso, a expansão da Usina Vista Alegre chegara no limite. "Vimos que a usina foi chegando em sua capacidade máxima e vimos a oportunidade de terminar o projeto lá", afirma o CEO Riccardo Nardini.

Enquanto a construção ficou parada, a companhia plantou cana para fornecer para outras indústrias de Goiás, e já tem agora 11 mil hectares prontos para colher e moer nesta safra.

Para erguer a nova usina, a Nardini aproveitou alguns equipamentos da unidade paulista de Vista Alegre e completou a construção com um investimento feito ao longo dos últimos 15 anos, mas concentrado nos últimos dois anos, segundo o empresário.

A usina é de pequeno porte, com capacidade para processar até 1,4 milhão de toneladas de cana por safra, mas com licença que lhe permite chegar a 3 milhões de toneladas anuais. Neste primeira ciclo (2023/24), o volume moído deve ficar em 900 mil toneladas, se o rendimento das lavouras chegar a 85 toneladas por hectare.

A usina vai produzir apenas etanol hidratado, com capacidade de fabricar até 70 milhões de litros por safra. A unidade também terá cogeração de energia a partir do bagaço. A potência será de 55 mil megawatts (MW), mas a Nardini já terá que ampliar a planta para 70 mil MW para começar a entregar energia em 2027, vendida no leilão A-5 do ano passado. A companhia ainda não descarta investimentos futuros em outros produtos, como etanol anidro, açúcar e leveduras.

O investimento foi financiado com recursos bancários e do mercado de capitais. No início do projeto, o BNDES liberou R\$ 160 milhões para apoiar a construção. Bancos privados financiaram mais R\$ 140 milhões, e outros R\$ 200 milhões foram levantados com a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs). Em média, o custo das dívidas feitas ficou próximo do CDI + 2%.

A expectativa, segundo Nardini, é que o retorno do investimento na nova usina se dê até o terceiro ano de operação, quando também espera que a moagem de cana da usina alcance a atual capacidade instalada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Suplementos

Autor: Júlia Lewgoy e Fernando Torres

Título: FGTS investido em Eletrobras encolhe R\$ 1 bilhão

FGTS investido em Eletrobras encolhe R\$ 1 bilhão

Os 370 mil brasileiros que destinaram R\$ 6 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) à compra de ações da Eletrobras já perderam R\$ 1 bilhão com a desvalorização dos papéis desde a privatização, em junho do ano passado. As ações compradas a R\$ 42 agora custam R\$ 35. E boa parte da queda de quase 20% no valor das cotas dos fundos é atribuída aos questionamentos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em relação ao processo de desestatização, com direito a ação da Advocacia-Geral da União (AGU) no Supremo Tribunal Federal (STF) ao limite de votos da União nas assembleias da companhia de energia.

Como ainda não passou um ano da operação, o dinheiro que trabalhadores optaram por tirar do FGTS para comprar as ações ainda não pode ser resgatado

de volta ao fundo, com poucas exceções. Mas há opção de migrá-lo para fundos de ações com gestão ativa, que compram papéis de diferentes empresas.

Assustadas com ruídos políticos, em busca de diversificação ou incentivadas pelas instituições financeiras, milhares de pessoas optaram por transferir recursos para fundos com gestão ativa, e a cifra migrada já atingiu R\$ 954 milhões, segundo levantamento do Valor Investe com dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre os principais fundos que receberam aportes na operação da Eletrobras. Os números apontam que a XP e o BTG se esforçaram mais para vender esses novos produtos, mas bancos grandes também têm essa opção na prateleira.

Enquanto alguns milhares de brasileiros desistiram de ficar com Eletrobras na carteira, outros tantos estão na dúvida se seguem o mesmo caminho ou esperar para ver se os papéis se recuperam. Entre especialistas, não há consenso.

Chamados de Fundos Mútuos de Privatização (FMPs) Carteira Livre, esses fundos de gestão ativa são dedicados exclusivamente à migração de dinheiro dos investidores que compraram ações com FGTS - da Eletrobras, ou Petrobras e Vale. Além de ações diversas, eles podem comprar títulos públicos até o limite de 49% da carteira.

Os gestores desses fundos aconselham a fazer a migração para os produtos com gestão ativa com o argumento de que uma carteira diversificada tende a oscilar menos do que apenas uma ação. Um portfólio com várias ações tende a ser menos impactado por problemas econômicos, políticos ou mesmo setoriais do que um fundo com ações de uma única companhia.

Um ponto de atenção é que os FMPs Carteira Livre normalmente cobram taxas de administração mais altas que os FMPs originais de ações da Eletrobras, e o risco de prejuízos temporários também existe, embora gestores sustentem que é menor numa carteira diversificada.

“Fizemos uma campanha forte de migração para o FMP Carteira Livre porque achávamos e continuamos achando que um fundo diversificado vai render melhor do que um monoativo no longo prazo”, afirma Marcos Peixoto, gestor de renda variável da XP Asset. “A Eletrobras representa a maior fatia do nosso fundo com gestão ativa, mas é uma entre 20 ações. Vai ter momentos em que o papel vai estar melhor e, em outros, pior, mas conseguimos diminuir a posição na hora que quisermos.” Ele acha que Eletrobras ainda é um bom investimento de longo

prazo e aconselha fazer a migração pensando em ganhos nos próximos dez anos, não em melhora no curto prazo.

Contudo, alguns analistas de ações e consultores financeiros são mais cautelosos e indicam aguardar as ações se recuperarem pelo menos até o preço da oferta, de R\$ 42, para fazer a migração sem prejuízo.

Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, recomenda a quem já tem carteira diversificada que não se preocupe em migrar agora. E ao investidor que só tem ações da Eletrobras entre os ativos de renda variável, a sugestão é esperar para decidir. “Concordo que é bom diversificar, mas diversificação não é tudo. Devemos ensinar que o mercado de ações é feito de ciclos e que rumores que mexem com os papéis fazem parte, em vez de indicar sair após um curto período, e na baixa.”

Ele e boa parte dos analistas avaliam que o governo não deve ter sucesso na tentativa de rever pontos da privatização da Eletrobras, mas que ruídos políticos ainda devem pressionar as ações. Marcelo d'Agosto, consultor financeiro responsável pelo Guia de Fundos do Valor, recomenda esperar o preço da ação se recuperar para fazer a migração. “Gosto da ideia de diversificar a carteira e diluir os fatores de risco no longo prazo, mas o momento para migrar não é agora, no auge da discussão. A tendência é a poeira baixar”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2023

Seção: Artigos

Autor: Paulo Pedrosa

Título: Na energia de muitos mercados, consumidor é mercadoria

Na energia de muitos mercados, consumidor é mercadoria

Presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace)

E em um cenário em que EUA, União Europeia e China combinam estratégias de transição energética a grandes projetos de fortalecimento de suas cadeias produtivas, o Brasil deve estar atento para suas oportunidades. Ninguém contesta que temos condições únicas para a produção de energia limpa, barata e segura. E que assim poderíamos reindustrializar nossa economia, transformando o País e gerando empregos e renda.

Segurança no suprimento de energia, preço competitivo e contribuição à questão climática global valem ouro em um cenário em que a crise é cada mais visível, somada à instabilidade decorrente do conflito entre Ucrânia e Rússia. A ruptura das cadeias produtivas internacionais provocada pela guerra impôs ao mundo uma reflexão sobre o funcionamento dos mercados, o papel dos governos na proteção de suas economias e a condução de objetivos estratégicos associados à segurança.

É justamente essa reflexão que pode nos favorecer. Precisamos olhar para os nossos mercados de energia, especialmente no setor elétrico e no de gás natural. Nosso enorme potencial de energia renovável e de gás do pré-sal, sendo o gás reconhecido como combustível da transição energética, é exemplo de projeto merecedor de estímulo.

No Brasil, estamos há décadas nos afastando da energia barata, limpa e segura. Fazemos escolhas sempre em desfavor do consumidor e que acolhem, nas contas de energia, os mais diversos interesses.

No setor elétrico temos vários mercados em que, pelos mais diversos mecanismos, é possível não pagar pela transmissão e distribuição da energia, por encargos setoriais e custos do sistema. Em alguns deles nem sequer se paga pelos impostos. Como não há mágica, esses custos são sempre repassados aos demais consumidores.

Já para o setor de gás temos uma lei que é boa e que deveria criar um mercado nacional marcado pela diversidade e pela competição, mas como acontece comumente no País, não está “colando”. Na prática, poderemos ter um mercado de gás dominado por campeões locais.

Na discussão sobre energia precisamos refletir se o que pretendemos mudar nos aproxima ou nos afasta da energia limpa, barata e segura. Até por falta de mobilização do setor, decisões importantes terminam sendo capturadas por argumentos que são falaciosos, mas que vestem determinadas causas. Com isso, uma profusão de propostas no Legislativo repete o caminho do velho, o caminho do subsídio, o da reserva de mercado.

O consumidor só vai parar de pagar por todos esses custos indevidos quando respondermos de forma correta à pergunta do momento: que energia queremos?

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/05/2023****Seção: Tendências/ Debates****Autor: Jorge Rodrigo Araújo Messias****Título: A defesa do patrimônio da União na Eletrobras**

A defesa do patrimônio da União na Eletrobras

Ação no Supremo não representa embaraço ao processo de desestatização

Advogado-geral da União

A ADI (ação direta de inconstitucionalidade) 7.385, proposta recentemente pela Advocacia-Geral da União no Supremo Tribunal Federal, não é uma tentativa de reestatização da Eletrobras. Também não pretende a declaração de inconstitucionalidade de nenhum dispositivo legal relativo à desestatização da empresa.

O que se quer, de fato, é a preservação do patrimônio da União por meio do afastamento de uma interpretação equivocada da previsão contida no art. 30, m, "a" e "b" da lei 14.182/2021 (Lei de Desestatização da Eletrobras). Essa compreensão quer a aplicabilidade imediata da vedação do exercício, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, de votos em número superior a 10% do capital votante da empresa.

Embora limitações desse porte sejam prática ordinária no mercado de companhias abertas, no caso da Eletrobras o mecanismo atingiu apenas os direitos políticos da União, detidos antes de iniciado o processo de desestatização. E a limitação foi imposta sem que nenhuma forma de indenização fosse concedida à União pela perda de controle ou mesmo pela limitação de seus direitos políticos na empresa.

Nessas condições, a restrição não foi capaz de promover a finalidade pretendida com a desestatização: impedir a tomada do controle da empresa por determinado grupo. Em verdade, a incidência da regra fez apenas uma imitação de uma "true Corporation" com benefício explícito de acionistas minoritários que têm exercido, de fato, o controle da companhia, com o isolamento das posições da União nas últimas assembleias realizadas.

O benefício, como mencionado, ocorre exclusivamente em favor de acionistas que, embora minoritários, detêm posições relevantes que os levam a manter o controle efetivo da companhia. Controle que, aliás, é financiado pelo investimento público ainda existente na empresa, hoje em torno de 43% do capital social. Ou seja, a União detém capital expressivo investido, mas é impedida, por manobras de minoritários, de manifestar sua posição nas deliberações da Eletrobras.

A ADI denuncia o mecanismo perverso criado por essa forma de interpretação da lei. Não há incentivo para que minoritários — controladores de fato — promovam novas rodadas de vendas de ações ordinárias que seriam capazes de diluir a posição hoje preponderante da União no capital social. A contingência de um arremedo de “Corporation” favorece prontamente esses minoritários.

Ao denunciar tais circunstâncias, a ação proposta apresenta solução razoável ao impasse. Uma compreensão prospectiva da limitação do direito de voto, a ser aplicada a partir da efetiva diluição do capital social investido pelos contribuintes brasileiros na companhia, mediante novos investimentos privados. É apenas isso o que de fato se quer por meio da ADI ajuizada.

A ação não representa embaraço ao processo de desestatização. Trata-se de aprimoramento da modelagem e de mecanismo que permite a conclusão efetiva do processo de privatização, eliminando subsídios cruzados.

Por fim, é preciso afastar ideias preconcebidas que impedem o debate público sobre propostas de grande impacto e interesse sociais, especialmente aquelas suscitadas por quem tem a legitimidade das urnas.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 11/05/2023

Seção: Mercado

Autor: João Gabriel e Idiana Tomazelli

Título: Esquerda estuda versão “light” de regra fiscal a fim de liberar gastos

Esquerda estuda versão ‘light’ de regra fiscal a fim de liberar gastos

Brasília- Membros de partidos de esquerda como PT, PSOL, Rede e PSB decidiram reunir propostas para tentar mudar de forma significativa o novo arcabouço fiscal com o objetivo de destravar despesas nos próximos anos. Entre as sugestões,

estão remover o Bolsa Família do limite orçamentário a ser criado pelo texto e permitir um maior crescimento dos gastos.

As propostas liberariam de forma considerável recursos públicos ao longo da vigência do novo arcabouço fiscal. Com isso, comprometeriam os planos do ministro Fernando Haddad (Fazenda) de buscar a eliminação do déficit em 2024 e, por consequência, a estabilização do endividamento público.

As propostas foram debatidas em reunião na tarde desta quarta (10) entre representantes dos partidos na Câmara e ainda podem sofrer pequenas modificações. A intenção é apresentá-las ao relator do arcabouço Claudio Cajado (PP-BA) na próxima segunda-feira (15).

Além de considerar o Bolsa Família uma exceção ao limite de despesas da nova regra fiscal, os partidos propõem que os gastos federais possam subir mais fortemente em termos reais. A sugestão é autorizar uma elevação de até 4,5% sobre o ano anterior (em vez de 2,5%, como previsto na proposta enviada pelo governo).

As siglas também querem aumentar o quanto as despesas podem crescer em relação às receitas. Em vez de 70% da arrecadação registrada em 12 meses terminados em junho do ano anterior, o percentual seria de 90%.

Os parlamentares do grupo também querem ampliar o intervalo de tolerância para atingir a meta de superávit do ano. Em vez de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo, o texto autorizaria uma banda de 0,5 ponto percentual.

Segundo o deputado Pedro Uczai (PT-SC), já há conversas com Cajado, e ele mesmo apresentou ao relator a ideia de elevar os números.

“Estamos querendo ajudar o governo, melhorar o arcabouço fiscal e melhorar as condições para retomada do crescimento econômico e social do nosso país”, disse.

A presidente do PT, Gleisi Hofmann (PT-SP), afirmou que há uma preocupação entre partidos da base aliada de Lula com eventuais mudanças que possam ser feitas no projeto de lei do arcabouço fiscal, que ela classificou como uma “ofensiva das propostas da direita, [propostas] liberais” que, de acordo com ela, irão “ressuscitar o teto de gastos.”

“Uma das coisas que estão nos preocupando são as sugestões, propostas do mercado e do polo mais conservador do Congresso, da direita, de mudanças no

projeto de lei do arcabouço. A questão da criminalização, da responsabilização, do contingenciamento, tirar as excepcionalidades, botar mais travas.”

A movimentação expõe uma divisão dentro do próprio PT, uma vez que o líder do partido na Câmara, Zeca Dirceu (PT-PR), disse, também nesta quarta, que a sigla não faria propostas de emenda ao arcabouço.

“A bancada do PT não fará emendas ao arcabouço fiscal”, afirmou em mensagem de WhatsApp disparada a diferentes destinatários pela manhã.

Depois, Dirceu disse à reportagem que as sugestões são normais, mas reiterou que a orientação do governo é não apresentar emendas.

“Não cabe aos partidos da base, ao PT, apresentar emendas”, acrescentou em breve conversa com a reportagem. “Isso não impede a bancada e deputados de terem ideias, críticas e sugestões. Temos apresentado isso ao Cajado, e ele tem ouvido [as sugestões]”, afirmou.

Por outro lado, Dirceu disse que as propostas de exclusão do Bolsa Família e a ampliação dos gastos não são ideias factíveis e que não têm adesão no Congresso.

“São ideias até boas, mas que estão fora da realidade da correlação de forças do Congresso. Cajado vem indicando publicamente movimentos no sentido contrário, sinalizando que a regra fiscal pode até ter gatilhos para travar despesas com servidores e novas renúncias fiscais em caso de descumprimento da meta de resultado primário.

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 11/05/2023

Seção: Mercado

Autor: Renato Machado

Título: Eletrobras tem cheiro ruim de falta de moralidade

Eletrobras tem cheiro ruim de falta de moralidade’, diz Costa

Definição da privatização sobre direito a voto é ilegal, afirma ministro da Casa Civil

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou nesta quarta-feira (10) que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ingressou com uma ação

contra a desestatização da Eletrobras para buscar ajustar um “cheiro ruim de falta de moralidade”.

Rui Costa afirmou que o governo não é contra a participação da iniciativa privada na empresa, mas que a definição sobre o direito a voto na Eletrobras é ilegal.

“O presidente quer estimular toda a participação privada. Agora, nós temos que ajustar aquilo que tem um cheiro ruim de falta de moralidade. Por que estou dizendo isso? O povo brasileiro detém 46% ou 43% das ações da Eletrobras. Num arranjo inusitado, eles disseram que, apesar de o governo ter 43% das ações, só vota no máximo o correspondente a 10%. Ou seja, alguém que tem 43% só vota o equivalente a 10%. Qual a base legal para isso?”, afirmou o ministro, durante entrevista à Globo News.

“Então, ao nosso ver, ele é ilegal. E tudo aquilo que é ilegal precisa ser questionado”, completou o ministro.

Na semana passada, Lula pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) que declare inconstitucional parte da lei de desestatização da Eletrobras para que a União tenha voto proporcional à sua participação societária na empresa.

A solicitação, feita por meio da AGU (Advocacia-Geral da União), tenta derrubar o trecho da lei que proíbe que acionista ou grupo de acionistas exerçam votos em número superior a 10% da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da companhia —entendimento que valeria apenas para acionistas com essa posição antes da privatização.

A lei é de 2021, e a Eletrobras foi privatizada em 2022, na gestão Jair Bolsonaro (PL).

Lula tem criticado a privatização da Eletrobras e prometeu novas ações judiciais. Ele já classificou a desestatização da empresa como “bandidagem” e afirmou que pretende entrar com uma ação questionando a venda.

O presidente também já criticou os limites criados na privatização da companhia que dificultam sua reestatização e questionou a remuneração de diretores e conselheiros da Eletrobras.

“Os diretores aumentaram seus salários de R\$ 60 mil por mês para mais de R\$ 360 mil por mês, e um conselheiro, para fazer uma reunião, ganha mais de R\$ 200mil. Não é possível num país em que 33 milhões de pessoas passam fome vivermos numa situação como essa”, afirmou.

VEÍCULO: O Globo**Data: 11/05/2023****Seção: Mercado****Autor: Arnaldo Jardim****Título: Mineração sustentável**

Mineração sustentável

A tecnologia de reutilização de resíduos da atividade mineradora como matéria-prima para a produção de insumos agrícolas mostra a estreita relação entre mineração e fertilizantes. Nossa produção tem potencial de mais crescimento, com preservação ambiental, aliando pesquisa e infraestrutura para ampliar a oferta de fertilizantes nacionais a partir da transformação de resíduos minerais em insumos agrícolas.

O Brasil é um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, porém importa mais de 80% dos fertilizantes, sujeitos a flutuações de preços dos mercados internacionais e, pior, a choques de oferta. Com a guerra na Ucrânia, houve alta de 133% no preço do produto, exportado majoritariamente pela Rússia. Impacto que chegou à mesa dos brasileiros e afetou a competitividade de nosso agronegócio no mercado internacional.

Segundo a Universidade Federal de Minas Gerais, o Brasil tem reservas de potássio em quatro estados (AM, SE, SP e MG), com montantes suficientes para abastecer nossas necessidades até 2100. Trata-se de uma alternativa poderosa para reduzir custos do agronegócio. No entanto, hoje dependemos da importação de potássio em quase 100%.

Encontrar soluções para reduzir a necessidade de importação e baratear o preço dos fertilizantes está entre os objetivos da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn), instalada no Congresso em março. No mês seguinte, a FPMIn organizou, com as frentes parlamentares do Brasil Competitivo, da Agropecuária e da Química, o seminário “Fertilizantes — Uma questão estratégica para o Brasil”. No evento, representantes do Executivo, integrantes das cadeias de produção e distribuição de fertilizantes e pesquisadores discutiram alternativas para o país.

O Plano Nacional de Fertilizantes, do governo federal, também prevê o aproveitamento de rejeitos da mineração para impulsionar a competitividade da produção brasileira. Um exemplo é o uso de remineralizadores de solo (REM) e

dos fertilizantes naturais (FN). Em vez de ser descartados, resíduos ricos em nutrientes podem contribuir para um agronegócio mais sustentável.

Além disso, a possibilidade de tratar e transformar resíduos em fertilizante em solo nacional, perto dos polos agrícolas, simplifica a logística, reduz frete e diminui o custo Brasil. O aspecto sustentável está no reaproveitamento de material que seria descartado e poderia gerar passivos ambientais e financeiros de longo prazo.

Alternativas existem. Tecnologia e pesquisas estão à nossa disposição. É crucial que o arcabouço legal para exploração mineral sustentável e a expansão da produção brasileira de fertilizantes seja estruturado agora. É preciso garantir a soberania do país, valorizar seu potencial produtivo e incentivar uma nova industrialização.

É tempo de deixarmos de ser meros exportadores de commodities.

Arnaldo Jardim, deputado federal (Cidadania-SP), é diretor regional da Frente da Mineração Sustentável

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 11/05/2023

Seção: Economia

Autor: Henrique Fregonasse

Título: Frente Parlamentar quer ampliar o uso do biodiesel no Brasil

Frente Parlamentar quer ampliar o uso do biodiesel no Brasil

A Frente defende a elevação da mistura do biodiesel ao diesel dos atuais 12% para 15%, de imediato

A importância do biodiesel na substituição de combustíveis fósseis tem sido amplamente discutida por países que buscam reduzir suas pegadas ecológicas. O CB.Poder — parceria entre o Correio e TV Brasília — recebeu, ontem, o deputado Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da Fundação Ulysses Guimarães e coordenador da Frente Parlamentar do Biodiesel no Congresso, para falar sobre esse recurso, do qual o Brasil é o terceiro maior produtor mundial.

A Frente defende a elevação da mistura do biodiesel ao diesel dos atuais 12% para 15%, de imediato. Caso o aumento da mistura seja aprovado, pretende pôr em pauta o aumento para 20% até 2026. Moreira ressalta que, para qualquer país que, assim como o Brasil, deseje ser agroambiental, é imprescindível buscar matrizes energéticas renováveis. Destaca, ainda, que, além de utilizar restos que seriam desperdiçados para abastecer a frota brasileira de veículos, a produção de biodiesel fomenta toda a cadeia produtiva do agro. "O biodiesel geralmente começa numa lavoura e termina numa prateleira de supermercado", explicou.

Segundo o parlamentar, o sucesso do Brasil em eficiência energética depende da legislação. A elevação da mistura é vista com reservas pela indústria automobilística, sob a alegação de que a maior presença de biodiesel afetaria negativamente os motores. Contudo, de acordo com Moreira, não há prova concretas de que isso ocorra.

PUBLICIDADE

Segundo ele, o objetivo da frente parlamentar do biodiesel é trazer a questão para debate, envolvendo tanto questões favoráveis quanto contrárias ao aumento da mistura. Para o deputado, é importante o foco na rastreabilidade e transparência. "A nós, não interessa que, na política do biodiesel, haja qualquer coisa que não seja absolutamente transparente", afirmou o coordenador.

Alceu Moreira acredita que é imprescindível buscar autonomia. Para o deputado, a independência energética é um fator de prevenção no caso de conflitos que envolvam o Brasil. Não se pode ficar refém de recursos dominados por outras nações. "Seria mais ou menos como discutir nacionalismo no mundo globalizado e questionar como um país poderia ser o mais independente possível", compara.

Questionado sobre o potencial da sustentabilidade do biodiesel para o Brasil, o parlamentar afirma ter plena convicção. "Nós temos condição de ser 100% biodiesel. Seremos. A questão é o tempo", afirma. Para Moreira, a chave está na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico.

O presidente da Fundação Ulysses Guimarães mostra que a frente tem grande expectativa no potencial do biodiesel. "Queremos imediatamente criar uma política decenal para o biodiesel, de tal maneira que se possa desenvolver pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive para a construção de motores 100% utilizadores de biodiesel.", afirma. Por uma perspectiva otimista, vê até mesmo a possibilidade da exportação desses motores em escala global.

CAPAS DE JORNAIS

Pantanal
Pesca beneficia 1 milhão de pessoas na região, 58% da população no bioma B9



Petrobras
Na 1ª reunião do novo conselho, política de dividendos atrai atenção de analistas e investidores B4



Trabalho
Empresas brasileiras poderão participar de teste sobre semana de quatro dias, diz Renata Rivetti B2

Quarta-feira, 11 de maio de 2023
Ano 24 | Número 2247 | R\$ 6,00
www.valor.com.br

Valor

ECONÔMICO

Fundos de crédito privado têm fuga de R\$ 120 bi

Investimentos Casos Americanas e Light, além de juros e inflação altos, levaram a volume de resgates

Adriana Colan
De São Paulo

Mais de R\$ 120 bilhões saíram de fundos de investimento dedicados a crédito privado desde a irrupção de incômodos conflitos na Americanas, em 11 de janeiro. Além da variação, que reverteu a recuperação judicial, outros motivos de deterioração de dívidas vieram na sequência, a exemplo da Light. O volume já representa 74% do resgate recorde de R\$ 182,9 bilhões na indústria de fundos como um todo no ano passado.

No mercado de gestão de recursos, o fluxo líquido negativo afrete de grandes bancos a assets independentes, de acordo com levantamento da Itaópingo.

O impacto não costuma ser generalista pela remuneração dos ativos de crédito — avaliação diária da precificação dos investimentos — por isso, uma onda de resgates por incômodos pouco afeta a classificação nos preços, segundo Ana Luisa Rodda, chefe de gestão de crédito da Redwood Asset Management. O resultado foi o aumento da demanda no mercado secundário quanto a investidores corporativos e investidores ativos

entre si, com incrementos da ordem de 80 pontos-basis no universo dos títulos atrelados ao CDI. Na média, o prêmio sobre o referencial passou de 1,7% na virada de ano para a casa dos 2,5%.

“Um mercado que não está acostumado à volatilidade e é o que vem estimulando os resgates. Boa parte desse movimento foi decorrente da necessidade de liquidez dos gestores”, diz Rodda.

Navegador Octávio Vieira, sócio da Nest, a indústria de assets demonstra de tamanho, em parte, porque os recursos resgatados estão sendo consumidos pelas em-

presas, por causa do aumento da custo financeiro e pelas famílias, por causa da inflação alta e de salários comprimidos.

Durante a crise sanitária, debêntures — títulos de crédito — de empresas de primeira linha tiveram negociações a CDI mais 2% ou 2,5% e atrairam compradores porque a taxa básica de juros estava em 2%. Mas com a Selic em 13,75% a disposição ao risco de crédito diminuiu, diz Vieira.

Os fundos também tiveram problemas de fluxo, afirma Laurento Melo, gestor de crédito da A2 Quest, como efeito das ações Americanas e Light, as maiores invest-

dores que decidiram resgatar, “em vez de obter as empresas” nos créditos.

Em um conjunto de fundos que acompanha, e que tiveram saída líquida na casa dos R\$ 100 bilhões no ano, Rodda diz que o desempenho das cartéis em abril já foi melhor do que no acumulado de 2022. Segundo a executiva, na Redwood Asset há captação passiva. Com isso, tem apresentado oportunidades no mercado secundário. Outro fator que pode atrair recursos é que os bancos que ofertaram grandes emissões de CDB e letras de crédito também a diminuir o ritmo. **Página C6**

Juro real longo é o mais baixo desde novembro

Victor Rezende
De São Paulo

Após ter alcançado 6,5% em março, o juro real de longo prazo chega a nível abaixo de 6% pela 1ª vez desde novembro. A melhora na percepção de risco, desde que a proposta de aumento do ITC foi divulgada, ajudou a sustentar a procura pelas NTN-B (títulos públicos indexados à inflação) de prazos mais longos. Mesmo após três significativas do prêmio de risco no mercado de juro real, investidores veem espaço para queda adicional nas taxas desses títulos. **Página C2**

No STJ, União vence disputa de R\$ 2,4 bi

Jaice Basso e Beatriz Oliva
De São Paulo e Brasília

As empresas que recolhem o Imposto de Renda pelo lucro pessoalista — com faturamento anual de até R\$ 28 milhões — sofreram uma derrota importante no Superior Tribunal de Justiça na quarta-feira. Os ministros entenderam que o IRRF integra a base de cálculo do IPI da CSLL, em suma disputa contra a União avaliada em R\$ 2,4 bilhões. A decisão tem efeitos vinculantes e deve ser seguida pelas instâncias inferiores da Justiça. **Página E3**

Ponte intacta com o investidor



Paulo Santos em 2020. Formado pela FGV, seu primeiro trabalho foi no fundo de investimentos como assessor da casa de juro. “Aí, entendi que não vou sair do setor anterior de probabilidade dos grandes bancos”, diz Paulo Santos, da Loh&Capitan e diretor da Sabinia. C3

Soja se consolida como rainha do agro

Paulo Santos
De São Paulo

Na última década, a soja e o Brasil tornaram-se o maior produtor e exportador de soja do mundo como o grão se consolidou como o produto que mais gera riqueza no agronegócio nacional. Pesquisa do Centro de Estudos Avançados

em Economia Aplicada (Cepex), da Evag/USP, em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), mostra o aumento desse protagonismo. Em 2022, o produto integrou 16% do PIB da cadeia de soja e biodiesel chegou a R\$ 67,7 bilhões, 27% do PIB do agro brasileiro. Em 2010, essa participação era de 9%.

Segundo Guilherme Bellotti, gerente da consultoria Agro-de-Rural BIA, os dados mostram uma perspectiva favorável para os próximos anos. “O cenário é ainda mais positivo para o setor, na esteira da demanda crescente por alimentos e também por biocombustíveis, com a tendência de ‘verdesamento’ da matriz” de energia. **Página B9**

Investidor teme retrocessos em reformas

Alex Ribeiro
De Nova York

Empresários e investidores nacionais e estrangeiros estão preocupados com eventuais retrocessos nas reformas e mudança de regras em áreas como energia, saneamento e na gestão macroeconômica. “Não podemos viver no passado, restando o que foi feito no Eletrobras, no saneamento ou no Banco Central”, disse o CEO da Suez, Walter Schalko, no Brasil Summit, promovido pelo “Financial Times” em parceria com o Valor, em Nova York. Apesar da incerteza, o clima geral ainda é positivo, com a aposta de que as instituições vão manter um equilíbrio entre as mudanças e a previsibilidade para os negócios. “O cenário da Câmara é de perfil conservador e vai evitar o legado de reformas que foram feitas”, disse no evento o deputado Arthur Lima (PP-M), presidente da Casa. **Página A7**

• América Latina está deixando para trás uma oportunidade histórica. **Página A11**

Planalto admite erros na articulação

Renan Truffi, Fábio Marcolino, Raphael De Canto e Marcelo Ribeiro
De Brasília

Com dificuldades na articulação política, o governo fez com um meio-estágio a parlamentares em relação ao atraso na liberação de emendas e à distribuição de cargos. Apesar das conversas, deputados ameaçam desmontar a estrutura de teste para visitantes dos EUA, Canadá e Japo. A ideia é demonstrar a insatisfação da base aliada na Câmara. O projeto de lei do arcabouço fiscal, porém, não deve ser afetado. **Página A8**

Emergentes repetem distorções no comércio agrícola global

Assis Moreira A2

Um negócio que só existe com a precarização do trabalho está condenado

José Cesar Martins A13

Destques

FETs em Eletrobras perdoou R\$ 1 bi
Os 27 mil trabalhadores que investiram R\$ 6 bilhões de varejo FETs em ações da Eletrobras já perderam R\$ 1 bilhão com a desvalorização dos papéis desde a privatização da empresa, em junho de 2022. C1

Telegram exclui ataques a PL
Após ordem do ministro Alexandre de Moraes, do STJ, a aplicação de mensagens Telegram e WhatsApp controlado divulgado contra o projeto de lei do “fake news” e publicações negativas. Representantes da empresa não despois à Polícia Federal. A30

Indicadores

Indicador	2022	2023
Índice Ibovespa	127.100	127.100
Índice S&P 500	4.400	4.400
Índice DAX	17.000	17.000
Índice Nikkei	33.000	33.000
Índice Hang Seng	16.000	16.000
Índice ASX	7.000	7.000
Índice Euronext	4.000	4.000
Índice Nikkei	33.000	33.000
Índice Hang Seng	16.000	16.000
Índice ASX	7.000	7.000
Índice Euronext	4.000	4.000

Sustentabilidade



Marcos de Marchi, diretor da América do Sul, a Vicorex adota estratégias para tornar sua produção mais sustentável e aumentar as exportações para a Europa. **Página C11**

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)



Quinta-feira 11 de MAIO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47322
estadão.com.br



Quatro meses após o 8/1, Palácio do Planalto remove grades

A medida ocorreu por ordem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Na véspera, o 'Estadão' informou que o governo abriu licitação para contratar empresa para a instalação de 124 km de cercas de proteção na Esplanada dos Ministérios. ...A10

E&N Congresso ... B1 e B2

Deputados cobram texto mais rígido para a nova regra fiscal

Relator do projeto do arcabouço fiscal sofre pressão; PT é contra

O relator do projeto do novo arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BR), vem sendo pressionado por deputados para endurecer o texto entregue pelo governo. Os pedidos são para que sejam incluídos sanções e gatilhos de cortes de despesas em caso de descumprimento da meta para as contas públicas. O

50% será o crescimento das despesas, se o governo não cumprir meta fiscal. Deputados querem rever esse gatilho

PT é contra. A entrega do texto deve ficar para a próxima semana. Entre as medidas propostas pelos parlamentares para o ca-

so de estouro nas despesas, estão a proibição de aumento acima da inflação a servidores e veto a concursos públicos e oferta de benefícios fiscais. As críticas feitas pelos deputados ao projeto estão em sintonia com a visão sobre o arcabouço fiscal de economistas ouvidos pelo Estadão. Para os especialistas, prever punições e reduzir brechas reforçará a âncora.

Novas regras para remessas de empresas

Medida provisória aprovada no Senado regula o pagamento de IRPJ e CSLL sobre transações de empresas com o exterior. Governo espera arrecadar R\$ 23 bilhões. ...B4

Futebol ... A19

Dino manda PF apurar fraude em apostas; CBF não para torneios

Ministro da Justiça e Segurança Pública atendeu a pedido da CBF. A entidade não cogita paralisar os campeonatos da Séries A e B do Brasileiro. Estão sob investigação partidas desses dois torneios em 2022 e confrontos dos estaduais de 2023. Baermann, zagueiro afastado pelo Santos, foi ameaçado de morte.

Determinação do STF ... A7

Telegram recua de ataques ao PL das Fake News após ordem de Moraes

Plataforma excluiu texto com críticas ao projeto de lei em tramitação no Congresso e se retratou.

Prática de risco ... A14

Caça de javali inclui safári em fazendas e teve 11 mortes desde 2019

Número de vítimas foi levantado pelo Estadão. Caça ao javali movimentou venda de armas e munição.



Estadão Recomenda ... C6 e C7

Comemore o Dia das Mães com estilo

Sugestões de presentes têm itens de tecnologia, moda, eletrodomésticos e beleza a partir de R\$ 50.

Ópera no Municipal ... C1

Atores e músicos indígenas encenam 'O Guarani'

Deputado brasileiro ... A12

George Santos é indiciado por 13 crimes nos EUA

Com tornozeleira ... A15

Presidiário, Gil Ruggai poderá cursar faculdade em Taubaté

Notas e Informações ... A3

Noção infame de democracia

Manifesto do Telegram expõe grave incompreensão sobre a democracia.

Golpismo como estado de espírito

Coluna do Estadão ... A2

PV ameaça desistir de federação com petistas

Felipe Salto ... A6

PT precisa se inspirar em 'Crime e Castigo'

William Waack ... A8

Lula subestima a resistência que enfrenta

Edição de hoje

3 CADERNOS - 52 páginas



Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios



C2. Cultura & Comportamento,
A fundo

VerCapas.com.br

Tempo em SP

17' Min. 23' Max.

ISSN - 1516-293-1

11.11.2023

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.371

QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2023

R\$ 6,00



Alunos durante o recreio na escola estadual Primo Bitti, em Aracruz (ES), alvo de ataque há 5 meses; sem protocolo de ações de apoio no país, comunidade se recupera sozinha. Karine Xavier/Folhapress

Alvo de ataque no ES, escola busca retomar confiança

A comunidade escolar no colégio estadual Primo Bitti, em Aracruz, recuperou-se do ataque a tiros há 5 meses que deixou 3 docentes mortos e 8 feridos em meio a traumas e falta de assistência de governos. "Depois do ataque, pintaram o muro e só. O plano é esse: uma maquiagem", diz um professor. Cotidiano B1

Feira de orgânicos do MST em SP volta após 5 anos

Mercado A22

Dino manda PF apurar esquema de apostas esportivas

Flávio Dino (Justiça) mandou a PF investigar a manipulação de resultados em partidas esportivas após a divulgação de que atletas nas principais divisões do futebol são suspeitos em esquema envolvendo sites de apostas, segundo apuração do Ministério Público. A CBF descarta paralisar o Brasileiro, e clubes afastam jogadores. Esporte B7

George Santos se entrega e afirma ser perseguido

O deputado George Santos se entregou à Justiça dos EUA. Ele nega as 13 acusações que enfrentará. A Folha o republicano diz ser alvo de perseguição política e ter documentos para refutar denúncias. A14

Amorim encontra Zelenski em Kiev e fala em confiança

Mundo A15

ilustrada C1

Hollywood investe em remakes e muda estratégias diante de fadiga do streaming

turismo C9

Com custo extra para despachar bagagem, mala de mão domina voos e gera confusão

guia C8

Confira 15 sugestões de presentes de comer e beber para o Dia das Mães

Moraes ameaça, e Telegram retira texto sobre projeto de lei

Empresa diz ter examinado PL das Fake News e omite destinatários de ação

O Telegram apagou ontem mensagem sobre o projeto de lei das Fake News, que tramita na Câmara, após o ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito sobre o tema no Supremo Tribunal Federal, ameaçar tirá-lo do ar no Brasil por 72 horas devido ao teor de um texto disparado na véspera para usuários do aplicativo.

"O Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão", dizia a mensagem. Na decisão, Moraes classificou o material como "flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e a Democracia Brasileira" e ordenou a emissão de desmentido.

Questionada ainda na terça (9), a empresa não respondeu a quantas pessoas a mensagem foi enviada e disse que sua "equipe jurídica realizou análise minuciosa das alterações introduzidas ao PL. A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) abriu procedimento para apurar se o Telegram violou direitos do consumidor.

Na Câmara, a votação do projeto, marcada para a semana passada, foi adiada por risco de derrota do governo Lula, favorável à iniciativa. O STF, por sua vez, deve julgar ação sobre regulação das redes no dia 17. Política A4

Google lança Bard, ferramenta de IA, em 180 países e exclui Brasil A28

Maior grupo do Conselho é de homens empresários do Sudeste

Política A10

Planalto se reúne com base para cobrar votos e prometer cargos

Política A8

Governo cede para conter R\$ 19 bi em lei do Bolsa Família

Temendo nova derrota no Congresso, o Planalto conseguiu evitar votação de destaque que permitiria o acúmulo do Bolsa Família com o BPC (pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda), gerando impacto de R\$ 19 bilhões nas contas públicas. Isso foi feito, porém, com a anuência de que o tema seja regulado no futuro. Mercado A17



Danilo Verpa/Folhapress

RITA LEE É VELADA POR FÃS E FAMÍLIA NO PLANETÁRIO DO IBIRAPUEIRA

Filho da cantora, Beto Lee (de touca), ao lado do caixão, no parque de São Paulo; celebração teve familiares, amigos, artistas, admiradores que entoavam sucessos da cantora e uma projeção do mapa do céu de quando a estrela do rock brasileiro nasceu cz

M. Hermínia Tavares Deu a lógica na eleição no Chile

Tentativas de levar a diante políticas da esquerda pura e dura, na contramão da realidade, alimentam alas direitistas mais radicais, contemplando-as com protagonismo. O resultado é a crispação do jogo democrático. Opinião A2

EDITORIAIS A2

Tema do Congresso Sobre interferência do STF no debate sobre internet. Sem tempo a perder A respeito de filas para cirurgias eletivas no SUS.



ISSN 1614-3723 54371 9771414372036

MetaMiklos: Titã vive roqueiro dos anos 1980 em filme sobre efeito manada nas redes sociais

SEGUNDO CADERNO

Rita Lee: Amigos e fãs se despedem no funeral da cantora

SEGUNDO CADERNO

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2023 ANO XXVIII - Nº 32.784 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00



Extinção de lei trumpista eleva tensão na fronteira dos EUA

Imigrantes encaram policiais ao tentar cruzar o Rio Bravo, no México, na esperança de entrar nos EUA, no dia da extinção do polêmico Título 42, que fechou ainda mais as fronteiras no governo Trump; analistas mostram, porém, que política migratória de Biden, apesar das promessas, é até mais dura que a do antecessor. **PÁGINA 16**

JOGO SUJO

PF vai investigar esquema de apostas ilegais no Brasileirão

Seis times da Série A afastam jogadores suspeitos de envolvimento

A pedido da CBF, o Ministério da Justiça determinou que a Polícia Federal abra inquérito sobre o escândalo de apostas ilegais em jogos de futebol brasileiro. Investigação do Ministério Público de Goiás revelou que apostadores subornavam jog-

adores para forçar o recebimento de cartões em partidas das séries A e B de 2022 e lucravam ao apostar nesses eventos em sites especializados. Somente ontem, seis clubes da Série A anunciaram o afastamento de oito jogadores suspeitos de par-

ticipar de manipulação. No total, ao menos 24 atletas são citados em mensagens ligadas ao esquema. Sete foram denunciados, e quatro colaboraram com a investigação do MP-GO. A CBF descartou paralisar o campeonato deste ano. **PÁGINAS 27 e 28**

GUGA CHACRA

Derrotar Erdogan é tarefa difícil para os democratas turcos **PÁGINA 17**

MALU GASPAR

Não se deve agir sem limites em nome da defesa da democracia **PÁGINA 3**

MERVAL PEREIRA

Decisão do Supremo contra o Telegram é tiro no pé **PÁGINA 2**

Em busca de passageiros

Ao completar 25 anos de concessão, o metrô do Rio tenta recuperar o número de passageiros pré-pandemia, compensar a lenta expansão das estações e tirar do papel projeto que desafoga a linha 2. **PÁGINA 22**



Governo libera em um só dia R\$ 700 milhões em emendas

Com dificuldades de formar uma base, o governo liberou na terça-feira o pagamento de R\$ 700 milhões em emendas individuais de senadores e deputados. Embora sejam de execução obrigatória, o governo controla o ritmo da liberação dos recursos a serem alocados no destino indicado pelos parlamentares. **PÁGINA 4**

ENTREVISTAS

ELMAR NASCIMENTO

'Dar ministério (a partidos) não forma base na Câmara'

Deputado do União expõe novo estágio da relação fisiológica entre Congresso e governo, em que postos na Esplanada interessam menos que obras nas bases eleitorais. **PÁGINA 5**

DIOGO GUILLEN

'Nosso arcabouço é que a alta de juro reduz inflação'

Para diretor de Política Econômica do BC, país venceu primeira etapa do combate à inflação, mas é preciso esperar com "serenidade" efeito da nova regra fiscal antes de cortar juros. **PÁGINA 13**

DANIEL LIEBERMAN

'A dopamina tornou os humanos poderosos'

Psiquiatra explica o papel do neurotransmissor na criatividade, na motivação e no impulso para a evolução da espécie, e mostra como podemos evitar que ele seja destrutivo. **PÁGINA 19**

Telegram retira desinformação por ordem do STF

Aplicativo com histórico de ausência de moderação contra fake news, o Telegram deletou ontem, por determinação do STF, uma mensagem enviada a seus usuários em que fazia críticas com informações falsas sobre o PL das Fake News. Até ser apagado, porém, o texto alcançou 1,2 milhão de visualizações em 24 horas. **PÁGINA 6**

Sites chineses terão de dar preço já com imposto embutido

Voltado principalmente para plataformas estrangeiras como Shein e Shopee, plano de conformidade do governo determina, entre outras medidas, que sites indiquem valor total da compra, já com tributos, e se adequem às leis brasileiras de proteção ao consumidor. **PÁGINA 11**

Pós-Covid



CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 11 DE MAIO DE 2023

NÚMERO 21.969 • 26 PÁGINAS • R\$ 4,00

Feminicida foge, mas deixa filho

Foragido desde que matou a ex-mulher Gabriela Bispo, na quarta-feira, em Samambaia, Reriton Gomes entregou ontem o menino do casal a um advogado. Ele havia levado a criança no dia do crime.

PÁGINA 15



LE ANDRÉ/CB/DA.Press

Dois mortos nas chamas

Os corpos de Cristina Marinho, 16 anos, e Rafael Peres, 37, foram encontrados queimados numa casa do Itapoá. A Polícia Civil apura se o incêndio foi criminoso.

PÁGINA 17

Ação contra grileiros

Força-tarefa do GDF vai ampliar operações contra ocupação de áreas públicas e construções ilegais em Vicente Pires.

PÁGINA 13

Sob pressão, Telegram atende ao STF

Aplicativo removeu texto da mensagem enviada aos usuários com críticas ao PL das Fake News, em tramitação no Congresso. A ordem para retirada partiu do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Eventual desobediência acarretaria multa de R\$ 500 mil por hora à empresa, além da proibição na operação do sistema no Brasil.

PÁGINA 3

PF entra em campo contra a máfia das apostas no futebol

Casos quase invisíveis de manipulação de resultados como o denunciado pelo **Correio**, em 2021, no Campeonato do Distrito Federal, agora são nacionais e contaminam os principais torneios do país. Em um novo desdobramento da Operação Penalidade Máxima deflagrada pelo Ministério Público de

Goiás, o presidente Lula e o ministro da Justiça, Flávio Dino, determinaram, ontem, que a Polícia Federal investigue a adulteração de placares nas séries A e B do Brasileiro. A lista de jogadores investigados no esquema de corrupção não para de crescer. Alguns deles foram afastados do elenco dos clubes.

CBF banca que o Brasileiro não vai parar

PÁGINAS 19 E 20 E VISÃO DO CORREIO, 10

Paulo Gaerem/Zemel Press/Estadão Conteúdo



Vida e morte ao som da música

Centenas de pessoas se despediram, ontem, da cantora e compositora Rita Lee no Planetário do Ibirapuera, em São Paulo. Familiares e fãs cantaram os sucessos da Rainha do Rock, que morreu aos 75 anos.

PÁGINA 22

Joel Cruz/Agência Brasil



Planalto sem grades

O equipamento de segurança que cercava o palácio presidencial desde 2013, na gestão de Dilma Rousseff, foi retirado ontem. O caminho até o prédio ficou aberto. O presidente Lula desceu a rampa e conferiu pessoalmente a remoção das peças. PÁGINA 4

Michael M. Santiago/AFIP



Mentira dá cadeia

Filho de brasileiros, deputado republicano George Santos pagou fiança de R\$ 2,4 milhões para deixar a prisão. Ele responde a 13 acusações de crimes nos EUA. PÁGINA 9

Bullying Polêmica no MS

Oferta de cirurgias a jovens pelo Governo do Mato Grosso do Sul divide especialistas. PÁGINA 6

Professores Greve na mesa

Sinpro se reúne hoje para debater o movimento. Ontem houve negociação com o GDE. PÁGINA 16

Carina Vinha/CB/DA.Press



"Fogo amigo" do PT mira o arcabouço

Enquanto lideranças governistas mobilizam os aliados para aprovar as propostas econômicas, o partido de Lula estuda emendas ao projeto. Recursos para saúde e educação serão os alvos. PÁGINA 2

A garra das mães arco-íris

Mulheres que tiveram filhos após gestações sem sucesso relatam a emoção de engravidarem e realizarem o sonho. Aline relembra a alegria do nascimento de João. PÁGINA 18

Mariana Lima/Ep.CB/DA.Press



Modernização — Relator do PL dos Planos de Saúde, o deputado federal Duarte Júnior (PSB-MA) defendeu, no **CB.Poder**, a atualização da legislação do setor. PÁGINA 8

Mariana Lima/Ep.CB/DA.Press



Transporte — Também ao **CB.Poder**, o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS) falou sobre a importância e a urgência do uso do biodiesel na frota do país. PÁGINA 7



9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

CRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846

VerCapas.com.br

MME / ASCOM .